

ENTRE O TERREIRO E A ESCOLA: O CASO DE MÃE ZENEIDA DE NAVÊ E AS DISPUTAS DISCURSIVAS NA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA DO ENCANTAMENTO INFANTIL E JUVENIL

BETWEEN THE TERREIRO AND THE SCHOOL: THE CASE OF MÃE ZENEIDA DE NAVÊ AND DISCURSIVE DISPUTES IN AFRO-BRAZILIAN LITERATURE OF ENCHANTMENT FOR CHILDREN AND YOUTH

ENTRE EL TERREIRO Y LA ESCUELA: EL CASO DE MÃE ZENEIDA DE NAVÊ Y LAS DISPUTAS DISCURSIVAS EN LA LITERATURA AFROBRASILEÑA DEL ENCANTAMIENTO INFANTIL Y JUVENIL

230

Marissol Ferreira Batista Cavalcanti

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da
Universidade Federal de Uberlândia

ORCID – <https://orcid.org/0009-0004-4479-337X>

Resumo: Este estudo desenvolve uma análise interpretativista das políticas de silenciamento dirigidas à Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU) no contexto escolar, compreendendo tais práticas como formas contemporâneas de censura. Partindo da concepção da literatura como direito fundamental e dimensão constitutiva da formação humana, por possibilitar experiências estéticas, simbólicas e subjetivas, o estudo problematiza as sanções impostas ao campo literário no espaço educativo. O objetivo central consiste em interpretar à luz do Letramento Racial Crítico (LRC) e da Linguística Aplicada Crítica (LAC) as disputas discursivas mobilizadas no caso de Mãe Zeneida de Navê. O corpus é constituído pela repercussão midiática que narra a perseguição à escritora e líder religiosa, ocorrido após a realização de atividade literária em uma escola pública do estado de Rondônia. O percurso analítico organizou-se em quatro etapas: (i) leitura exploratória do material; (ii) seleção de sequências discursivas que mobilizam controvérsias; (iii) identificação das formações discursivas em disputa; e (iv) interpretação dos efeitos de sentido produzidos. A fundamentação teórica articula contribuições dos estudos sobre censura literária, práticas de leitura antirracistas, decolonialidade, letramento racial crítico e análise do discurso (AD) de filiação francesa. Os resultados evidenciam que a censura direcionada à LINEBEIJU se ancora em um regime de normatividade que privilegia a cultura eurocêntrica como parâmetro de legitimidade, aceitabilidade e tolerância no espaço escolar. Ao marginalizar produções literárias que tensionam tais padrões, esse processo reforça dinâmicas excludentes e silenciadoras, negando às crianças o direito de acesso a narrativas plurais, afrocentradas e esteticamente potentes.

Palavras-chave: Censura. LINEBEIJU. Intolerância religiosa. Análise do Discurso. Letramento Racial Crítico.

Abstract: This study develops an interpretivist analysis of silencing policies directed at Afro-Brazilian Literature of Enchantment for Children and Youth (LINEBEIJU) within the school context, understanding such practices as contemporary forms of censorship. Grounded in the conception of literature as a fundamental right and a constitutive dimension of human formation,

since it enables aesthetic, symbolic, and subjective experiences, the study problematizes the sanctions imposed on the literary field in educational settings. Its main objective is to interpret, in light of Critical Racial Literacy (CRL) and Critical Applied Linguistics (CAL), the discursive disputes mobilized in the case of Mãe Zeneida de Navê. The corpus consists of media repercussion narrating the persecution of the writer and religious leader, which occurred after a literary activity held in a public school in the state of Rondônia. The analytical procedure was organized into four stages: (i) exploratory reading of the material; (ii) selection of discursive sequences that mobilize controversies; (iii) identification of competing discursive formations; and (iv) interpretation of the meaning effects produced. The theoretical framework articulates contributions from studies on literary censorship, anti-racist reading practices, decoloniality, critical racial literacy, and French Discourse Analysis (DA). The results show that the censorship directed at LINEBEIJU is grounded in a regime of normativity that privileges Eurocentric culture as a parameter of legitimacy, acceptability, and tolerance in the school context. By marginalizing literary productions that challenge such standards, this process reinforces exclusionary and silencing dynamics, denying children the right to access plural, Afro-centered, and aesthetically powerful narratives.

Keywords: Censorship. LINEBEIJU. Religious intolerance. Discourse Analysis. Critical Racial Literacy.

Resumen: Este estudio desarrolla un análisis interpretativista de las políticas de silenciamiento dirigidas a la Literatura Afrobrasileña del Encantamiento Infantil y Juvenil (LINEBEIJU) en el contexto escolar, comprendiendo dichas prácticas como formas contemporáneas de censura. Partiendo de la concepción de la literatura como un derecho fundamental y una dimensión constitutiva de la formación humana—al posibilitar experiencias estéticas, simbólicas y subjetivas—, el estudio problematiza las sanciones impuestas al campo literario en el espacio educativo. El objetivo central consiste en interpretar, a la luz del Letramiento Racial Crítico (LRC) y de la Lingüística Aplicada Crítica (LAC), las disputas discursivas movilizadas en el caso de Mãe Zeneida de Navê. El corpus está constituido por la repercusión mediática que narra la persecución de la escritora y líder religiosa, ocurrida tras la realización de una actividad literaria en una escuela pública del estado de Rondônia. El recorrido analítico se organizó en cuatro etapas: (i) lectura exploratoria del material; (ii) selección de secuencias discursivas que movilizan controversias; (iii) identificación de las formaciones discursivas en disputa; y (iv) interpretación de los efectos de sentido producidos. El marco teórico articula aportes de los estudios sobre censura literaria, prácticas de lectura antirracistas, decolonialidad, letramiento racial crítico y análisis del discurso (AD) de filiación francesa. Los resultados evidencian que la censura dirigida a la LINEBEIJU se sustenta en un régimen de normatividad que privilegia la cultura eurocéntrica como parámetro de legitimidad, aceptabilidad y tolerancia en el espacio escolar. Al marginar producciones literarias que tensionan tales estándares, este proceso refuerza dinámicas excluyentes y silenciadoras, negando a los niños el derecho de acceso a narrativas plurales, afrocentradas y estéticamente potentes.

Palabras clave: Censura; LINEBEIJU; Intolerancia religiosa. Análisis del Discurso. Letramiento Racial Crítico

INTRODUÇÃO

A circulação de obras de autoria africana e afro-brasileira destinadas à infância e à juventude no espaço escolar brasileiro tem sido marcada por tensões que envolvem disputas discursivas sobre raça, religiosidade, laicidade e infância. Embora a legislação educacional brasileira, especialmente a Lei 10.639/2003, determine a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, observa-se que a inserção dessas produções nos acervos escolares e nas práticas de mediação de leitura frequentemente se realiza sob filtros pedagógicos que podem operar como mecanismos de silenciamento. Tais filtros, muitas vezes legitimados pelo discurso do “cuidado com as crianças” ou pela alegada complexidade temática, produzem efeitos de apagamento de saberes e culturas africanas e afro-brasileiras.

Nesse cenário, a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU), conceito proposto por Kiusam de Oliveira, constitui um campo ainda pouco explorado nos estudos da Linguística Aplicada (LA), especialmente em sua interface com a mediação de leitura literária. Embora venha sendo sistematizada pela própria autora, sua circulação no debate acadêmico permanece pouco consolidada no que se refere à análise discursiva dos mecanismos que regulam sua legitimidade no espaço escolar. Nesse contexto, torna-se necessário analisar e refletir sobre as disputas discursivas que atravessam a presença dessas obras nas instituições educativas.

A problemática que orienta este estudo pode ser formulada nos seguintes termos: como se configuram discursivamente os mecanismos de legitimação e censura que incidem sobre a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU) no contexto escolar?

Parte-se da hipótese de que a presença da LINEBEIJU no espaço escolar desencadeia processos de reconfiguração discursiva, nos quais práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural são deslocadas para o campo da controvérsia moral e religiosa. Esse deslocamento opera como mecanismo simbólico de censura, sustentado por formações discursivas que articulam racismo religioso, colonialidade do saber e regimes seletivos de laicidade.

A relevância acadêmica do estudo reside, na articulação entre Biblioteconomia escolar, Linguística Aplicada Crítica (LAC) e Letramento Racial Crítico (LRC), contribuindo para o aprofundamento teórico acerca das políticas de formação de acervo, dos regimes de legitimação literária e das práticas de mediação de leitura antirracistas. Ao examinar tais dinâmicas sob uma perspectiva discursiva, o estudo amplia o debate sobre colonialidade do saber e racialização dos currículos.

É nesse contexto que se insere a aproximação com a LINEBEIJU, que emerge no âmbito das discussões sobre mediação de leitura literária e gestão de acervos escolares. A incorporação dessa proposta ao debate acadêmico configura-se não apenas como ampliação de repertório, mas como gesto político-pedagógico comprometido com a construção de práticas leitoras antirracistas e com a reconfiguração dos sentidos atribuídos à literatura na escola.

Dessa forma, observa-se que produções textuais que tematizam relações étnico-raciais, sejam de natureza didática ou literária, frequentemente passam por processos de seleção que extrapolam critérios técnicos e revelam disputas simbólicas acerca do que pode ou não constituir conteúdo escolar legítimo. Problematizar esses mecanismos implica reconhecer que a circulação de determinadas narrativas é regulada por regimes discursivos que produzem visibilidade para alguns saberes e interdição para outros.

O objetivo deste estudo é interpretar, à luz da LAC e do LRC, as disputas discursivas mobilizadas no caso de Mãe Zeneida de Navê, problematizando os regimes de visibilidade e interdição que incidem sobre produções afro-brasileiras. A investigação amplia o debate sobre a colonialidade do saber, tensionando a suposta neutralidade das práticas escolares.

O texto organiza-se em quatro seções. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia e o recorte analítico. Em seguida, discute-se o referencial teórico que articula biblioteca escolar, LAC, LRC e LINEBEIJU. Na seção de resultados e discussão, desenvolve-se a análise discursiva do caso selecionado, culminando nas considerações finais, nas quais se discutem os desafios e as possibilidades para a construção de práticas educativas comprometidas com a superação de perspectivas eurocêntricas nos acervos escolares.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como qualitativo de natureza interpretativista, situada no campo da LAC, compreendendo a linguagem como prática social historicamente situada e atravessada por relações de poder. Assume a modalidade de estudo de caso, tomando como evento focal o episódio de perseguição sofrido pela escritora Mãe Zeneida de Navê, após a apresentação de sua obra *Meu terreiro, meu axé!* em uma escola pública de Porto Velho (RO).

O corpus da investigação é constituído por um conjunto delimitado de materialidades discursivas que compõem a repercussão midiática do caso, a saber:

1. a reportagem veiculada pelo canal ICL Notícias, publicada em abril de 2025;
2. excertos de manifestações parlamentares e posicionamentos públicos repercutidos em redes sociais;
3. comentários de usuários nas redes sociais.

A delimitação do corpus fundamenta-se na centralidade dessas materialidades para a construção pública do evento, uma vez que foi por meio delas que o episódio foi enquadrado discursivamente como controvérsia moral, religiosa e política.

Não se trata, portanto, de análise exaustiva de toda a circulação digital do caso, mas de um recorte intencional de textos que condensam as disputas discursivas em torno da presença da LINEBEIJU no espaço escolar.

A escolha do corpus justifica-se pela mobilização explícita de disputas em torno de religiosidade, infância, laicidade e legitimidade pedagógica, permitindo analisar o enquadramento midiático do evento e os regimes de visibilidade e interdição que se instauram na circulação pública do discurso.

O percurso analítico organizou-se em quatro fases articuladas:

- (i) leitura exploratória e mapeamento das regularidades temáticas e enunciativas do material selecionado;
- (ii) seleção de sequências discursivas que mobilizam controvérsias e explicitam posicionamentos antagônicos;
- (iii) identificação de formações discursivas em disputa, considerando as condições de produção, os lugares de enunciação e os saberes acionados;
- (iv) interpretação dos efeitos de sentido produzidos na articulação entre discurso midiático, discurso parlamentar e discurso escolar.

A análise ancora-se em pressupostos da tradição francesa da AD pecheutina por meio de comentadores em Orlandi, especialmente na noção de formação discursiva e nas relações entre discurso e ideologia, articuladas à perspectiva da LAC.

Parte-se do entendimento de que a linguagem não apenas representa o real, mas o constrói simbolicamente, configurando regimes de verdade e legitimidade. Nesse enquadramento, a escola é compreendida como espaço de disputa simbólica no qual se materializam as tensões da colonialidade do saber.

Ao assumir o estudo de caso como estratégia metodológica, a pesquisa busca aprofundar interpretativamente as condições discursivas que operam como censura simbólica dirigidas à LINEBEIJU. O episódio analisado é, assim, compreendido como manifestação situada de processos sociais mais amplos relacionados ao racismo estrutural, à laicidade seletiva e à normatividade eurocêntrica que atravessam o campo educacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ponto de partida interpretativista situa-se no *locus* de enunciação da bibliotecária escolar, assumido como perspectiva privilegiada de investigação em razão de sua potência para problematizar as práticas institucionais relacionadas à gestão de acervos e à mediação de literaturas de autoria africana e afro-brasileira no contexto educacional. Tal posicionamento permite analisar criticamente os processos de seleção, organização, circulação e legitimação dessas obras como práticas institucionais que regulam o acesso e podem produzir efeitos de censura simbólica.

A partir desse campo de atuação, o estudo articula contribuições da Biblioteconomia, compreendida aqui para além de sua dimensão estritamente técnica, perspectiva com a qual frequentemente é associada, enfatizando seu potencial de atuação política e socialmente comprometida com as questões da linguagem. Nesse horizonte, estabelece-se um diálogo com a Linguística Aplicada (LA), especialmente em suas interfaces com o letramento literário, entendido por Paulino e Cosson (2009) como o “processo de apropriação da leitura enquanto construção de sentidos”, que se efetiva quando a escola viabiliza o pleno exercício da leitura literária. Nessa direção, mobiliza-se

também o Letramento Racial Crítico (LRC), proposto por Aparecida de Jesus Ferreira, que, ancorada na Teoria Racial Crítica, promove reflexões acerca do racismo, compreendido pela autora como um fenômeno “endêmico e estrutural na sociedade” (Ferreira, 2024, online).

Tomando de empréstimo as reflexões da autora acerca da centralidade do debate racial para a compreensão das desigualdades sociais implicadas no racismo, o estudo defende a incorporação de um acervo africano e afro-brasileiro acessível a todos os sujeitos no âmbito escolar como estratégia de enfrentamento às práticas excludentes. Nesse sentido, Ferreira afirma que o

Letramento Racial Crítico reflete sobre raça e racismo. Possibilita-nos ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais (Ferreira, 2024, online).

Assim como Ferreira (2024) enfatiza a importância da mobilização do LRC em sua prática pedagógica cotidiana como formadora de professores, compreendendo-o como um instrumento de enfrentamento ao racismo e de promoção de uma sociedade mais justa e equânime, este estudo também problematiza o papel do bibliotecário enquanto profissional que pode atuar no âmbito educacional para além da elaboração de políticas de formação e desenvolvimento de coleções sensíveis a essas perspectivas.

Nessa direção, destaca-se a possibilidade de sua atuação na proposição de projetos e ações voltados à comunidade escolar, configurando-se como uma prática institucional comprometida com a promoção de práticas antirracistas.

É nesse ponto que se insere a articulação epistemológica com a LA. Dialoga-se com a concepção defendida por Rajagopalan (2023), para quem a linguagem deve ser compreendida para além dos limites disciplinares tradicionais, como prática social situada histórica e socialmente. Tal deslocamento epistemológico converge com a perspectiva crítica formulada por Moita Lopes (2006), que concebe a LA não como campo aplicacionista, mas como área voltada à investigação das relações de poder manifestadas e mantidas por meio da linguagem. Nessa articulação, compreender a linguagem em uso implica reconhecer que práticas institucionais, como aquelas que regulam a constituição

e a organização dos acervos escolares, são atravessadas por disputas simbólicas e por processos de legitimação e silenciamento.

Nesse horizonte, a defesa da incorporação sistemática das literaturas africanas e afro-brasileiras aos acervos escolares, articulada a práticas de mediação que as reconheçam como centrais nos processos formativos, configura-se como estratégia político-pedagógica fundamental para tensionar dinâmicas excludentes.

Desse modo, a biblioteca escolar é concebida como instância discursiva e política na qual se disputam sentidos, representações e possibilidades de formação leitora. Compreendida nessa perspectiva, a biblioteca constitui-se como uma via de acesso a LINEBEIJU.

Considero que a compreensão do conceito de LINEBEIJU é central para situar os aspectos aqui discutidos. O termo foi cunhado por Kiusam de Oliveira e, segundo a autora, trata-se de uma literatura

utilizada recorrentemente como forma de empoderar crianças negras mediante personagens como elas, com família, contextos familiares saudáveis, com estratégias capazes de fortalecê-las na superação das práticas racistas no cotidiano, entre tantas outras possibilidades de cruzamentos (Oliveira, 2020, p. 8).

A definição apresentada pela autora evidencia a importância de personagens negras que rompem com narrativas historicamente centradas em protagonistas brancos e em universos distantes das experiências vividas por crianças negras. Embora a produção de literatura africana e afro-brasileira tenha se ampliado no país, a representatividade de crianças negras na literatura infantil e juvenil ainda constitui um desafio.

Tal cenário é tensionado por práticas pedagógicas e institucionais que, muitas vezes, operam sob lógicas eurocêntricas, isto é, formas de pensamento e estruturas que colocam a Europa e o Ocidente como referência e modelo de conhecimento universal. Quijano define o eurocentrismo como

[...] uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada a específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às

necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 115).

O autor afirma ainda que o eurocentrismo

não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 115).

O entendimento de Quijano (2005) encontra ressonância em Vandana Shiva (2003), especialmente na obra *Monoculturas da mente*, em que a autora problematiza a colonização do saber ocidental a partir da metáfora da monocultura. Para Shiva, a monocultura não se restringe ao campo agrícola, mas constitui, antes, um processo epistemológico que se inaugura na mente e se projeta sobre o solo, instaurando uma racionalidade unilateral que deslegitima outros modos de conhecer e de existir. Tal perspectiva converge com a crítica ao eurocentrismo ao evidenciar como determinadas formas de conhecimento se tornam hegemônicas, naturalizando-se como universais e silenciando saberes plurais.

Nesse horizonte teórico, a atuação biblioteconômica orientada por uma perspectiva plural demanda a assunção de um posicionamento ético-político explicitamente comprometido com a justiça cognitiva e social. A incorporação da LINEBEIJU às práticas de mediação de leitura configura-se, nesse sentido, como uma estratégia de enfrentamento às lógicas que, historicamente, têm estruturado a escolarização de crianças e jovens sob referenciais excludentes. Sua inserção, portanto, não se restringe à ampliação quantitativa do acervo, mas integra um movimento mais amplo de tensionamento das epistemologias hegemônicas e de desconstrução do racismo no espaço escolar, por meio da proposição de projetos e ações que inscrevam a LINEBEIJU no cotidiano institucional.

Nessa direção, a incorporação ao acervo de obras produzidas por autores negros, bem como a mediação de leituras que tematizem personagens negros em suas vivências cotidianas, no âmbito familiar, escolar e profissional, como se observa em produções de Júlio Emílio Braz, a exemplo de *Felicidade não tem cor*, e de Emicida, com *Amoras*, entre

outras, configura-se como prática de enfrentamento à hegemonia eurocêntrica ainda predominante no repertório literário das bibliotecas escolares.

Oliveira (2019) afirma que a “base” da LINEBEIJU é a “Pedagogia da Ancestralidade”, compreendida como

um posicionamento político contrário ao que se estabeleceu no país como uma lógica incontestável, direcionada ao branco, considerado a norma enquanto o não-branco é o desvio. É uma pedagogia que se opõe ao colonialismo e à colonialidade, os quais continuam reafirmando a desumanidade de negros e indígenas (...). Ela se opõe à hegemonia epistemológica eurocentrada, propondo uma forma de ser-pesquisar-conhecer-juntar-articular-agir (tudo com hífen) que reconheça o continente africano como berço da humanidade, e se dá a partir da criação ou recriação de laços e formas afeto coletivas de acolher-ouvir-aprender-falar-trocar-compartilhar (tudo com hífen), protagonizada não só pelas e pelos mais velhas e velhos, mas também pelas crianças e jovens (Oliveira, 2019, p. 16).

A autora enfatiza, ainda, que essa proposta rompe com a hegemonia epistemológica eurocentrada ao propor modos de ser, conhecer, pesquisar e agir que reconhecem o continente africano como berço da humanidade, articulados por práticas coletivas de acolher, ouvir, aprender e compartilhar (Oliveira, 2019). Nessa perspectiva, a ancestralidade configura-se como princípio educativo que valoriza memórias, tradições, espiritualidades e formas de sociabilidade presentes nas culturas africanas e afro-brasileiras, frequentemente deslegitimadas socialmente como conhecimento não legítimo

Negar esse repertório às crianças, negras e não negras, implica restringir a construção de identidades e subjetividades, além de perpetuar apagamentos históricos.

Em convergência com esse entendimento, Nascimento, Castro e Brazão (2022) definem a pedagogia ancestral como o estudo sistemático das práticas educativas desenvolvidas na sociedade com base na experiência humana e na ciência dos antepassados ao longo da história.

Trata-se de uma concepção de educação que ultrapassa os limites da escola e a reconhece como prática constitutiva de múltiplos espaços sociais, nos quais os sujeitos exercem sua existência e transmitem saberes de modo intergeracional, inclusive por vias informais.

Ao mobilizar os conceitos de LINEBEIJU e Pedagogia da Ancestralidade, este estudo qualitativo de natureza interpretativista insere-se no campo da LAC,

compreendendo as práticas de leitura literária como práticas discursivas que produzem sentidos, identidades e posições sociais.

Desse modo, o episódio envolvendo a obra *Meu terreiro, meu axé*, apresentado na seção de resultados e discussão, será analisado à luz desse enquadramento teórico-metodológico, compreendendo-se o conflito não como evento isolado, mas como manifestação de disputas discursivas em torno de raça, religião e legitimidade de saberes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

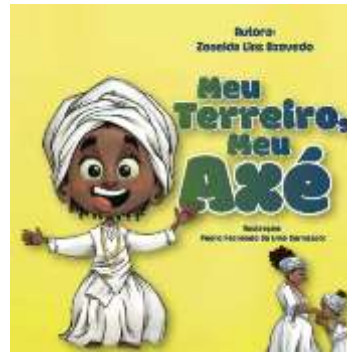
A análise do episódio envolvendo Mãe Zeneida de Navê demonstra que, apesar das diretrizes antirracistas, o espaço escolar permanece um campo de disputa simbólica. Nesse contexto, a intervenção da LINEBEIJU expõe a fragilidade da pretensa neutralidade institucional e evidencia mecanismos de silenciamento articulados pela lógica da colonialidade do saber. Para aprofundar essa interpretação, a seção organiza-se em três eixos analíticos: 1 - materialidade discursiva e enquadramento moral do evento; 2 - laicidade seletiva e interdição simbólica; 3 - monoculturalidade, eurocentrismo e efeitos de legitimação.

1. Materialidade discursiva e enquadramento moral do evento

A apresentação da obra ocorreu em uma escola municipal de Porto Velho, ocasião em que se realizou o lançamento do livro *Meu terreiro, meu axé!*. Trata-se de uma prática recorrente no contexto escolar, especialmente em datas e eventos comemorativos, como o Dia Nacional do Livro Infantil e o Dia da Consciência Negra, nos quais atividades dessa natureza são mobilizadas com vistas a conferir maior concretude e significado às experiências formativas dos estudantes.

A narrativa é conduzida por Alice (personagem narradora), uma menina negra de dez anos que vivencia sua infância em um terreiro, ao lado da mãe.

Imagem 1: Livro Meu terreiro, meu axé!



Azevedo (2025).

O episódio de divulgação da obra, embora inserido em uma ação educativa de enfrentamento ao racismo, foi progressivamente deslocado do campo pedagógico para os campos moral e político, sobretudo por meio de ataques repercutidos em esferas parlamentares e difundidos em redes sociais conforme é possível verificar na imagem 2.

A autora Mãe Zeneida de Navê após a realização da atividade, passou a ser alvo de ataques nas redes sociais.

Imagem 2: Postagem publicada no perfil do Instagram DarSalam Produções como forma de denúncia e combate aos ataques sofridos pela autora.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DHqjL67OIdg/>.

No quadro a seguir apresenta-se a transcrição de comentários que circularam em redes sociais de parlamentares e foram posteriormente compilados no perfil DarSalam Produções em um movimento de denúncia e defesa pública de Mãe Zeneida de Navê.

Quadro 1: Transcrição das falas nas postagens.

<ul style="list-style-type: none"> • "Tá repreendido em nome de Jesus!!! Amém. 🙏"
<ul style="list-style-type: none"> • 🙏🙏🙏 nossas crianças estão sendo cuidadas por Deus. 🙏 também não concordo mais respeito. Não permito meus filhos participar pois ensino eles na escola dominical e em casa."
<ul style="list-style-type: none"> • "O SANGUE DE JESUS TEM PODER SOBRE AS VIDAS DE NOSSAS CRIANÇAS 🙏 será Q a sua prefeita não pode fazer algo por nossas crianças para Q isso não dê seguimento nas nossas crianças?????? SOCORRO DEUS 😊"
<ul style="list-style-type: none"> • "precisamos de uma lei que vede esse tipo de presença nas escolas infantis "
<ul style="list-style-type: none"> • "Não concordo com esse tipo exposição pra crianças de 6 anos. Ta errado."
<ul style="list-style-type: none"> • "deveríamos denunciar ao ministério público, até porque essa lei não existe, vamos nos unir e vamos proteger nossas crianças!!!"

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DHqjL67OIdg/>.

Observa-se, na materialidade discursiva, a produção de um efeito de laicidade seletiva, especialmente em enunciados como “precisamos de uma lei que vede esse tipo de presença nas escolas infantis”, nos quais a formulação “esse tipo de presença” opera por indeterminação referencial, evitando nomear explicitamente as religiões de matriz africana e, ao mesmo tempo, produzindo um efeito de ameaça difusa. Esse funcionamento discursivo sustenta a interdição de sentidos associada à presença da LINEBEIJU no espaço escolar.

Na esteira dessas manifestações, Mãe Zeneida de Navê passou a ser acusada de promover um suposto “evento de cunho religioso” no interior do espaço escolar.

Imagem 3: Discurso dos opositores divulgado no ICL Notícias.

“Não podemos ser afrontados dentro do município de Porto Velho. Estou aqui defendendo nossas crianças e as famílias. Precisamos de responsabilidade nas escolas para garantir que os pais sejam previamente informados e autorizem ou não a participação dos filhos em eventos religiosos, sejam eles palestras, cultos ou festas”, disse a parlamentar no vídeo. O deputado estadual de Rondônia, Eyder Brasil, correligionário de Sofia Andrade no Partido Liberal (PL), também publicou um vídeo, com falas preconceituosas, em suas redes, sobre o caso.

Fonte: <https://iclnoticias.com.br/escritora-e-alvo-de-intolerancia/>.

Conforme evidencia o excerto apresentado, esse processo produz um efeito de reconfiguração discursiva do acontecimento: a atividade literária, inicialmente situada no

campo das práticas pedagógicas de formação leitora, passa a ser enquadrada como transgressão normativa. Desse modo, aquilo que estava inscrito no âmbito da mediação literária e da valorização da diversidade cultural é reinterpretado, no interior de determinados regimes de discurso, como ameaça moral e religiosa.

LAICIDADE SELETIVA E INTERDIÇÃO SIMBÓLICA

O discurso dos opositores acionou argumentos baseados em uma suposta defesa da laicidade, que, no entanto, opera seletivamente: enquanto discursos cristãos hegemonicamente presentes no cotidiano escolar não são problematizados, manifestações culturais afro-brasileiras são imediatamente associadas à ilegalidade ou à impropriedade pedagógica.

Imagem 4: Discurso proferido na tribuna.



... o Estado é laico...
... mas eu sou cristã...
...respeitar a fé das famílias...

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DHqjL67OIdg/>.

Observa-se, na materialidade discursiva, a produção de um efeito de laicidade seletiva, especialmente em enunciados como “precisamos de uma lei que vede esse tipo de presença nas escolas infantis”, nos quais a formulação “esse tipo de presença” opera por indeterminação referencial, evitando nomear explicitamente as religiões de matriz africana e, ao mesmo tempo, produzindo um efeito de ameaça difusa. Esse funcionamento

discursivo sustenta a interdição de sentidos associada à presença da LINEBEIJU no espaço escolar, que funciona como mecanismo de interdição de sentidos.

No corpus analisado a escola, é significada como espaço de neutralidade, como se observa nos enunciados, mostra-se atravessada por práticas discursivas que, sob a justificativa da proteção da infância ou da salvaguarda da laicidade, operam no sentido de reiterar processos de apagamento histórico e cultural.

Do ponto de vista da Análise do Discurso de filiação francesa, tal movimento evidencia a atuação de formações imaginárias, compreendidas como a “produção de imagens do sujeito, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (Orlandi, 2015, p. 38). Essas formações, inscritas em condições de produção marcadas pelo racismo estrutural, sustentam a circulação de sentidos que associam práticas e saberes afro-brasileiros a regimes discursivos de perigo, ameaça ou impropriedade moral.

Nesse sentido, o caso analisado evidencia que o discurso escolar, frequentemente enunciado sob a aparência de neutralidade, encontra-se atravessado por relações de poder que regulam os regimes de legitimidade do saber. Nesse processo, determinados conhecimentos são reconhecidos como legítimos enquanto outros são silenciados ou interditados. Tal funcionamento pode ser observado no enunciado “a escola é laica... mas eu sou cristã”, no qual a conjunção adversativa *mas* introduz um deslocamento que reinscreve a matriz cristã como parâmetro de legitimidade no espaço escolar. Esse movimento evidencia uma hierarquização discursiva dos saberes, contribuindo para a reprodução da colonialidade do saber no interior da instituição.

Em estudo anterior dedicado à mesma problemática, a censura dirigida à literatura afro-brasileira no espaço escolar, já havia apontado que a discussão sobre o acesso à leitura exige considerar os mecanismos de repressão que incidem sobre saberes historicamente marginalizados. Em outras palavras, “a opressão do conhecimento se manifesta de múltiplas formas, legitimando o saber da classe dominante”. À época, tal posicionamento foi fundamentado na reflexão de Orlandi (2012, p. 123), para quem “as classes populares estão na escola. No entanto, o direito que elas têm é o de aprender as formas legítimas da cultura dominante”.

Nessa perspectiva interpretativa, observa-se que a legitimação do saber eurocentrado também se materializa no enunciado da parlamentar ao afirmar: “a escola é laica... mas eu sou cristã”. A formulação produz um deslocamento discursivo significativo: ao mesmo tempo em que se invoca o princípio da laicidade, reinscreve-se no espaço escolar um regime de verdade ancorado na matriz cristã. Tal movimento evidencia uma operação de hierarquização simbólica na qual o discurso cristão funciona como instância autorizadora do que pode ou não ser tematizado no ambiente escolar. Paradoxalmente, enquanto essa matriz religiosa se apresenta como referência legítima, a presença de religiões de matriz africana é problematizada ou contestada, o que revela a persistência de assimetrias discursivas que tensionam o próprio princípio de laicidade mobilizado no enunciado.

MONOCULTURALIDADE, EUROCENTRISMO E REGIMES DE LEGITIMAÇÃO

É possível depreender que tais movimentos contribuem para a legitimação de uma lógica monocultural do saber que, conforme problematiza Boaventura de Sousa Santos (2004), corresponde à imposição de um olhar hegemônico, sobretudo o da ciência moderna ocidental, erigido como única forma válida de conhecimento, ao mesmo tempo em que invisibiliza e inferioriza outros modos legítimos de produção de saber.

Essa racionalidade projeta-se sobre a organização e a circulação do conhecimento no contexto educacional, delimitando quais narrativas são autorizadas a ocupar o espaço escolar.

Convém destacar que documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecem que:

cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida (Brasil, 2017, p. 436).

Além disso, a Lei nº 10.639/2003 determina que:

§ 1º O conteúdo programático [...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos [...]

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar [...] (Brasil, 2003, art. 26-A).

Apesar da determinação legal, observa-se que a inserção desses conteúdos frequentemente ocorre de modo superficial ou restrito ao cumprimento formal da norma, sem que se consolide um compromisso pedagógico efetivo com a diversidade cultural e o enfrentamento das desigualdades raciais.

Assim, ao mesmo tempo que a legislação legitima o trabalho com obras que tematizam culturas afro-brasileiras, as condições de produção no interior da escola e da sociedade operam resistências que limitam sua circulação e deslegitimam discursos afrocentrados, em favor de uma tradição historicamente marcada pelo eurocentrismo.

IMPLICAÇÕES INTERPRETATIVAS

O caso de Mãe Zeneida sintetiza essas contradições: ainda que sua atuação estivesse em conformidade com a legislação vigente, sua narrativa foi interpretada por determinados grupos sociais e políticos como ameaça à infância ou à neutralidade escolar, reativando imaginários coloniais que associam negativamente as religiosidades afro-brasileiras.

Do ponto de vista discursivo, o episódio evidencia a articulação de discursos de medo, desinformação e intolerância mobilizados para interditar vozes historicamente silenciadas.

Imagem 5: Poste em rede social e trecho de discurso proferido na tribuna



@jairon.ribeiro.silva deveríamos denunciar ao ministério público, até porque essa lei não existe, vamos nos unir e vamos proteger nossas crianças!!!!

Responder Ocultar Ver tradução

"Prefeito isso não deve ser permitido nas escolas infantis. @magneducação religiosa quem ensina é a família. @mpro_oficial cadê a promotoria da criança e do adolescente".

Fonte: <https://www.instagram.com/p/DHqjL670ldg/>.

Depreende-se que a noção de "proteção" mobilizada nesse contexto se associa à produção de um discurso pautado no medo, no qual as religiões de matriz africana são frequentemente representadas como ameaçadoras. Tal representação decorre de um processo histórico de demonização de suas práticas e rituais, alimentado pela desinformação e pela recorrente ausência de reconhecimento e legitimidade desses saberes no ambiente escolar.

247

Quadro 2: Análise de marcas Linguísticas no Caso Mãe Zeneida de Navê.

Materialidade Linguística (Excerto do Corpus)	Categoria Analítica	Formação Discursiva / Ideologia	Efeito de Sentido Produzido
"Tá repreendido em nome de Jesus!!!", "O SANGUE DE JESUS TEM PODER "	Termos religiosos como ferramentas de interdição	Laicidade seletiva e demonização de matriz africana.	Desloca a obra literária do campo pedagógico para o campo espiritual/demoníaco, operando uma censura religiosa.
" Não permito meus filhos participar", " precisamos de uma lei que vede", " deveríamos denunciar "	Uso de imperativos e verbos de obrigação (Modalização deontica - determina o que pode ou deve ser feito)	Vigilância moral e institucional contra saberes afrocentrados.	Transforma o ato de leitura em um crime ou infração, convocando o Estado (Ministério Público) para interditar o acesso ao livro.
" defendendo nossas crianças", " vamos proteger nossas crianças!!!"	Léxico de "Proteção"	Colonialidade do saber e racismo estrutural.	Constrói uma aura de benevolência para justificar a exclusão e o silenciamento da LINEBEIJU.
"Não podemos ser afrontados ", "exposição... Ta errado ", "isso não deve ser permitido "	Léxico de "Ameaça" e erro	Monoculturalidade e eurocentrismo como norma.	Enquadra a diversidade cultural como perigo à integridade infantil, reforçando o apagamento de saberes ancestrais.
"garantir que os pais... autorizem ou não a participação"	Ferramentas de interdição institucional	Gestão de acervos baseada na interdição e não na pluralidade.	Submete o direito fundamental à literatura (LINEBEIJU) ao crivo da crença privada, esvaziando a função pública e laica da escola. Além disso, no âmbito no âmbito biblioteconômico, a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções é comprometida

			quando os critérios de seleção de obras são deslocados do campo técnico para o ideológico. Ao deixar de se fundamentar em parâmetros como qualidade literária, adequação à faixa etária e conformidade com a Lei 10.639/03, e passar a depender da aprovação censitária de terceiros (como agentes políticos, famílias, entre outros), fragiliza-se a autonomia profissional do bibliotecário.
--	--	--	--

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Esta organização demonstra que o discurso dos opositores não é um evento isolado, mas uma manifestação de disputas discursivas em torno de raça e religião. A análise evidencia que a noção de "proteção" é mobilizada para produzir um discurso pautado no medo, reativando imaginários coloniais que associam negativamente as religiosidades afro-brasileiras.

As marcas linguísticas de imperativo ("não deve ser permitido") e a laicidade seletiva ("escola dominical") revelam como a hegemonia eurocêntrica permanece operando como referência normativa para definir o que é "aceitável" no contexto educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, de orientação interpretativista, em torno da Literatura Negro-Brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil (LINEBEIJU) evidencia que, embora o espaço escolar se apresente como um *locus* privilegiado para a promoção de práticas antirracistas e para o reconhecimento de saberes afrocentrados, ele ainda se configura como um campo permeado por disputas, resistências e interdições à pluralidade epistemológica. Tal ambivalência revela as tensões que atravessam os processos de institucionalização de repertórios culturais historicamente marginalizados.

Não se pretendeu, nesta análise, esgotar todas as possibilidades interpretativas acerca do fenômeno investigado, mas suscitar reflexões que permitam compreender que as presenças e ausências da LINEBEIJU no espaço escolar encontram-se condicionadas

aos posicionamentos ideológicos dos sujeitos inscritos nos discursos que circulam nesse contexto.

A problematização desenvolvida ao longo deste artigo indica que a censura dirigida à obra de Mãe Zeneida de Navê não constitui um episódio isolado, mas se insere em um cenário mais amplo de disputas discursivas em torno daquilo que pode, ou não, ser legitimado como conteúdo escolar. Nesse cenário, observa-se que a hegemonia eurocêntrica permanece operando como referência normativa para a definição do que é considerado aceitável no contexto educacional.

A perspectiva interpretativista adotada possibilita, assim, explicitar as condições de produção da censura contemporânea, frequentemente revestida de argumentos técnico-pedagógicos que, na materialidade das práticas institucionais, acabam por operar como mecanismos de silenciamento de vozes afro-brasileiras e de epistemologias não hegemônicas.

Observa-se ainda que, embora as instituições escolares desenvolvam propostas e ações voltadas à valorização da infância, dos saberes e da cultura ancestral, tais iniciativas frequentemente adentram o espaço escolar impulsionadas por dispositivos legais. Esse movimento, entretanto, não elimina, e, em alguns casos, intensifica reações marcadas pelo medo, pela desconfiança e pela resistência às transformações curriculares. Nesse sentido, a presença da LINEBEIJU na escola não pode ser compreendida apenas como ampliação de acervo ou cumprimento de normativas legais, mas como um gesto político que tensiona hierarquias epistemológicas e convoca a escola a rever seus próprios critérios de legitimidade cultural.

Por fim, o silenciamento da LINEBEIJU não atinge apenas o direito da criança de acessar essa produção literária, mas também compromete a função social da biblioteca. Nesse contexto, cabe aos bibliotecários resistir a práticas que reduzam sua atuação à mera aplicação de filtros sobre o literário, assumindo, em contrapartida, o papel de mediadores capazes de promover a pluralização dos saberes e de constituir acervos representativos da diversidade étnico-racial.

Assim, reafirma-se a necessidade de compreender a mediação da leitura literária como uma prática discursiva situada e politicamente implicada, apta a intervir nas disputas simbólicas que atravessam o espaço escolar. Ao evidenciar as forças que regulam

a circulação de obras afrocentradas, este estudo pretende contribuir para o debate sobre as condições de possibilidade de uma educação orientada pela justiça epistemológica e pela efetiva pluralização dos saberes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Z. L. Meu terreiro, meu axé! Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DHuDxkkuf05/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. **Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 5 dez. 2025.

DARSALAM PRODUÇÕES. **Intolerância religiosa é crime! E nós não vamos nos calar!** Brasil, 26 mar. 2025. Instagram: @darsalamproducoes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DHqjL670Idg/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

FERREIRA, A. de J. Letramento Racial Crítico: O que é. **Aparecida de Jesus Ferreira**, 1 abr. 2024. Disponível em: <https://aparecidadejesusferreira.com/letramento-racial-critico/letramento-racial-critico-o-que-e/#:~:text=Equidade%20Racial&text=Em%20primeiro%20lugar%2C%20como%20traço,desigualdades%20e%20propor%20a%C3%A7%C3%B5es%20antirracistas>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOMES, G. Escritora é alvo de intolerância após apresentar livro sobre cultura africana em escola de RO. **ICL NOTÍCIAS**, 3 abr. 2025. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/escritora-e-alvo-de-intolerancia/>. Acesso em: 25 set. 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

OLIVEIRA, K. de. Pedagogia da Ancestralidade. **SESC São Paulo**, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/pedagogia-da-ancestralidade/>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Oliveira, K. de. Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil. Abatira, **Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v.1, n.1, p. 03–14. Disponível em:

<https://revistas.uneb.br/abatira/article/view/8845>. Acesso em: Acesso em: 30 nov. 2025.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 160 p.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editora, 2015. 98 p.

PAULINO, G.; COSSON, R. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. *In*: ZILBERMAN, Regina; Rösing, Tania M. K. (org.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 61-79. (Coleção leitura e formação).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*. LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130. (Coleção Sur Sur).

RAJAGOPALAN, K. A disciplina chamada Linguística Aplicada e as contribuições de Luiz Paulo da Moita Lopes. *In*. FABRICIO, B. F.; BORBA, R. (org.) **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes**. Campinas: Unicamp, 2023. p. 193 -212.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *In*: SANTOS, B.S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 777-821.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Global: São Paulo, 2003. 240 p.